



V - SOBERANIA NACIONAL:
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO



V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política Externa

O Brasil é uma democracia sólida, eficiente na conciliação de crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, e capaz de promover, de forma consistente, o desenvolvimento sustentável. O País pratica a paz e compartilha sua prosperidade com seus vizinhos, privilegia a solução pacífica dos conflitos internacionais e figura entre as poucas nações que mantêm relações diplomáticas com todos os 193 membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

A política externa brasileira é um componente essencial do projeto nacional de desenvolvimento. Cabe à diplomacia brasileira identificar e entender os fatores externos que, positiva ou negativamente, possam afetar nosso processo de desenvolvimento. Por meio de sua política externa, o Brasil reflete os mesmos valores e as mesmas prioridades que o mobilizam no plano doméstico. O Brasil de hoje projeta-se no mundo de forma aberta e plural.

Ao longo de 2013, o Brasil atuou de forma dinâmica com o objetivo de desenvolver plenamente suas relações bilaterais com parceiros em todos os continentes, desenvolvidos ou em desenvolvimento. O País manteve presença ativa, igualmente, nos organismos regionais e multilaterais de que faz parte.

Para dar execução à política externa brasileira, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) conta com uma rede de Postos estruturada em 227 repartições diplomáticas e consulares em todos os continentes. Brasília, com 133 Embaixadas Residentes, é hoje a 12ª capital em número de repartições diplomáticas instaladas. Em 2013, foi aberta na capital brasileira a Embaixada do Afeganistão e iniciaram-se as providências para a abertura da Embaixada da Estônia. No exterior, o Governo brasileiro estabeleceu duas novas Embaixadas cumulativas: Juba, no Sudão do Sul, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba, na Etiópia; e Nuku'alofa, em Tonga, cumulativa com a Embaixada em Wellington, Nova Zelândia. Adicionalmente, três Vice-Consulados foram elevados a Consulados: Paso de los Libres e Puerto Iguazú, na Argentina, e Salto del Guairá, no Paraguai.

A modernização do sistema de administração da rede de Postos constituiu preocupação permanente ao longo do ano de 2013. No que se refere especificamente à execução orçamentária e financeira no exterior, vinte novos Postos foram integrados ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), elevando para 62% os gastos dos Postos que passaram a ser executados diretamente no Sistema.

Em 2013, o Instituto Rio Branco realizou o 77º Concurso para ingresso na carreira de Diplomata. Foram aprovados 30 candidatos. No mesmo ano, cursaram o Instituto Rio Branco, como bolsistas do Governo brasileiro, 12 diplomatas de nove países, dos quais sete de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), um da Guiné Equatorial, um da República Democrática do Congo, um do Suriname e dois da Argentina.

a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em setembro de 2013, a Presidenta da República abriu o debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, destacando a gravidade das denúncias concernentes a atividades de uma rede global de espionagem eletrônica, as quais provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública brasileira e internacional. A Presidenta salientou o fato de que foram objeto de espionagem eletrônica não apenas dados pessoais de cidadãos em todo o mundo, mas também comunicações de representações diplomáticas e informações empresariais de alto valor econômico e estratégico. Na oportunidade, qualificou essas atividades de espionagem como clara afronta ao Direito Internacional e violação aos direitos humanos e a direitos civis fundamentais dos cidadãos. A Presidenta afirmou que as tecnologias de telecomunicações e de informação não deveriam se converter em um novo campo de batalha entre os Estados, havendo anunciado que o Brasil apresentaria propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e o uso democrático da Internet.



Em seu pronunciamento, a Presidenta fez referência à escolha da Agenda de Desenvolvimento pós-2015 como tema da sessão 2013 da Assembleia Geral para ponderar que os resultados da Conferência Rio+20, quando a questão da pobreza foi colocada no centro da agenda do desenvolvimento sustentável, deveriam ser tomados como eixo para esse debate. Mencionou, nesse contexto, os significativos avanços já alcançados pelo Brasil no combate à pobreza, à fome e à desigualdade.

No plano econômico, a Presidenta reconheceu haver passado a fase mais aguda da crise internacional, mas sublinhou o fato de que a situação da economia mundial ainda é frágil e que os níveis de desemprego no mundo continuam inaceitáveis. Reiterou, a esse propósito, a posição brasileira favorável a uma ação coordenada, em escala global, destinada a reduzir o desemprego e a restabelecer o dinamismo do comércio internacional. A participação nos debates dos fóruns e organismos internacionais é especialmente importante no atual contexto, em que os países que sofreram os efeitos da crise internacional buscam voltar a uma situação de maior normalidade na economia global. Uma característica importante dessas discussões é a congregação de diferentes visões, em particular aquelas das economias emergentes que anteriormente possuíam voz limitada na governança econômica mundial.

No plano político, a Presidenta referiu-se à crise na Síria, convertida no maior desastre humanitário deste século, para defender uma saída negociada para o conflito. A Presidenta excluiu a possibilidade de aceitação de qualquer saída militar para a crise, o que somente traria mais instabilidade e sofrimento à região, sobretudo se perpetrada por meio de ações unilaterais, conduzidas ao arpejo do Direito Internacional.

No que tange à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Brasil trabalhou intensamente em favor da implementação de suas decisões. Destacam-se, nesse sentido, os esforços para assegurar a criação do Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Foro Político de Alto Nível sobre desenvolvimento sustentável. O Brasil cumpriu compromisso voluntário assumido durante a Rio+20 e doou cerca de US\$ 6 milhões ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para apoiar projetos em países em desenvolvimento. Adicionalmente, o Brasil lançou, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Centro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+20), com sede no Rio de Janeiro/RJ, o qual atuará na produção e difusão de conhecimento e soluções práticas em matéria de sustentabilidade.

Quanto ao regime internacional de combate à mudança do clima, o Brasil participou da negociação de novo instrumento jurídico ao amparo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Em 2013, realizou-se em Varsóvia, em novembro, a 19ª Conferência das Partes (COP-19) da UNFCCC resultando em progresso na negociação do referido instrumento. Esse processo terá continuidade em 2014, na COP-20, a realizar-se em Lima, com a expectativa de que possa ser concluído por ocasião da COP-21, a ser realizada em Paris, em 2015.

O Brasil manteve, em 2013, participação intensa nos diversos foros internacionais dedicados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. No que se refere às espécies ameaçadas de extinção, o País liderou esforços internacionais para a inclusão de tubarões e arraias no rol de espécies protegidas sob as regras da Convenção sobre Comércio de Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (Cites). Em 2014, o Brasil participará da 16ª Conferência das Partes da Cites.

No que se refere à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, o Brasil participou, em 2013, da primeira sessão plenária da Plataforma Intergovernamental para a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, organismo internacional cujo objetivo é promover a interface entre as ciências e as políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade. Em 2014, o País participará da 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da 8ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

O País continua comprometido com seu Programa Antártico, a despeito das dificuldades resultantes do incêndio da Estação Antártica Comandante Ferraz. Em 2013, foram instalados na Antártica os chamados Módulos Emergenciais, que garantirão



a continuidade das pesquisas brasileiras até que a nova base esteja concluída. Em 2014, o Brasil sediará a XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártida.

O Brasil tem participado de forma ativa dos principais foros internacionais sobre temas de energia, inclusive dos grupos temáticos no âmbito do G20. Aspecto basilar da atuação externa brasileira nesse campo é a promoção da integração energética regional, capaz de maximizar a segurança energética e de induzir o desenvolvimento da região. Encontra-se em curso esforço com vistas à elaboração de um Tratado Energético Sul-Americano, que deverá estabelecer o arcabouço jurídico necessário ao aprofundamento da integração energética, à melhoria da segurança jurídica dos contratos no setor e ao incremento dos fluxos de comércio na área de energia. Prosseguem, igualmente, os esforços brasileiros destinados a transformar os biocombustíveis em *commodity* internacional. O Brasil também manteve participação no âmbito do *Global Bioenergy Partnership* (GBEP), exercendo a vice-presidência de seu Comitê Gestor. Foram estabelecidos 24 indicadores de sustentabilidade para a produção e o uso da bioenergia, equitativamente distribuídos entre os critérios ambiental, econômico e social. Atualmente estão sendo implementados projetos-pilotos de aplicação desses indicadores em distintos países e desenvolvidas ações de capacitação para a produção sustentável de bioenergia.

A diplomacia brasileira manteve-se atuante, igualmente, na promoção da agenda multilateral do desarmamento. Em março de 2013, o Brasil tomou parte da Conferência de Oslo sobre o Impacto Humanitário do Uso de Armas Nucleares, reunião que contou com a participação de representantes governamentais, da sociedade civil e da academia. O Brasil participou, ainda, da segunda reunião do Comitê Preparatório da Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em abril, e da Sessão de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Desarmamento Nuclear, em setembro. Em todas as oportunidades, o País renovou seu apoio à negociação de novos instrumentos jurídicos voltados para a eliminação dos armamentos nucleares.

O País continuou a envidar esforços para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), criada por iniciativa brasileira, em 1986. Em janeiro de 2013, realizou-se, em Montevidéu, a VI Reunião Ministerial da Zopacas, tendo o País propugnado, em conjunto com parceiros sul-americanos e africanos, pela consolidação do Atlântico Sul como uma Zona de Paz livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa.

Em linha com seu compromisso com a defesa da manutenção da América Latina e do Caribe como zona livre de armas nucleares, o candidato brasileiro para a Secretaria Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe foi eleito para mandato de quatro anos.

Comprometido com o objetivo de prevenir o tráfico ilícito de armas pequenas, armamento leve e munições, o Brasil participou da II Conferência das Nações Unidas que concluiu o Tratado sobre Comércio de Armas Convencionais, em março de 2013. O País firmou o texto no mesmo dia em que o instrumento foi aberto a assinaturas e deu início aos procedimentos internos necessários a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional.

O Brasil manteve-se comprometido, ainda, com a Aliança das Civilizações, que realizou seu V Fórum Internacional em Viena, em fevereiro de 2013. Os objetivos da iniciativa estão em sintonia com a visão brasileira de promoção do diálogo e da paz, o que faz com que o Brasil se tenha tornado um importante parceiro da Aliança ao longo dos anos.

Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil assumiu, em 2013, posição destacada, sediando a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (CGTI), que contou com a participação de representantes de 154 países. Na Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, resultante da Conferência, destaca-se a aceitação, no âmbito internacional, do conceito de erradicação sustentada do trabalho infantil, objetivo a ser alcançado mediante a aplicação duradoura e consistente de políticas integradas de proteção social.



No campo dos direitos humanos, mereceu destaque em 2013, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a contribuição brasileira à conclusão exitosa do processo de reforma da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Esse processo culminou na realização da Assembleia Geral Extraordinária da OEA em março de 2013, em Washington, com participação brasileira. Em dezembro de 2013, Brasília/DF sediou o primeiro Fórum Mundial de Direitos Humanos.

A reação do País à revelação do uso de ferramentas massivas de monitoramento do tráfego de informações e de comunicações pela Internet, com seus efeitos sobre o direito à privacidade e sobre as liberdades de opinião e de expressão também foi suscitada pelo Brasil ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. O Brasil propôs à Assembleia Geral da ONU, em conjunto com a Alemanha, projeto de Resolução sobre o Direito de Privacidade na Era Digital, o qual foi aprovado em 18 de dezembro de 2013 por consenso entre os 193 Estados-membros da ONU.

Em junho de 2013, realizou-se a XLIII Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (Agoea), na Guatemala. Na mesma ocasião, a OEA aprovou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, assim como a Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. O Brasil presidiu, durante três anos, o Grupo de Trabalho da OEA que negociou o texto das Convenções e foi um dos primeiros países a assiná-las. O tema central da XLIII Agoea foi *Por uma Política Integrada frente ao Problema Mundial das Drogas nas Américas*.

O Governo brasileiro contribuiu, em 2013, para a garantia dos direitos humanos em situação de emergência, conciliando medidas emergenciais e estruturantes e pautando a cooperação humanitária brasileira pela promoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental. No mesmo ano, o País empreendeu 95 ações de cooperação humanitária, perfazendo o montante total superior a US\$ 25 milhões, beneficiando 40 países da América Latina, África e Ásia.

Na área da cooperação para o enfrentamento aos ilícitos transnacionais, avançou-se na consolidação do Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas e do Conselho em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional, ambos da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A Representação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime em Brasília foi elevada, em maio de 2013, à categoria de Escritório de Ligação e Parceria, com a missão de apoiar as iniciativas regionais de combate às drogas e aos ilícitos transnacionais.

Sobre transparência e combate à corrupção, o Brasil deu significativa contribuição aos trabalhos da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, realizada no Panamá, em novembro de 2013. Em outubro, participou da II Reunião de Alto Nível da Parceria de Governo Aberto, realizada em Londres e no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o País participou das atividades do Grupo de Trabalho sobre Suborno. Em 2014, o Brasil deverá receber missão de peritos da OCDE no contexto da avaliação da implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

Durante a XXIII Cúpula Ibero-Americana, no Panamá, em novembro de 2013, decidiu-se adotar periodicidade bianual para futuras cúpulas e discutiu-se a conveniência de reformar a Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), com vistas a conferir mais paridade de participação entre as duas regiões. Debateu-se, ainda, proposta de aumento da parcela latino-americana no orçamento da Segib com vistas a refletir o maior peso econômico do grupo latino-americano no âmbito da comunidade ibero-americana.

A V Cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada em Durban, em março de 2013, contou com a participação da Presidenta da República. Na oportunidade, o mecanismo comprometeu-se com o fortalecimento de dois de seus pilares: a coordenação em temas da governança mundial e a consolidação de uma agenda própria de cooperação entre os membros do Brics. De especial destaque foram as decisões no sentido de estabelecer-se um Arranjo Contingente de



Reservas, no valor de US\$ 100 bilhões, que funcionará como mecanismo de salvaguarda para eventuais crises de balanço de pagamentos, e de criar um novo Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial foi estimado em US\$ 50 bilhões. O Brasil será responsável pela organização das reuniões dos *think tanks* e do VI Fórum Acadêmico dos Brics, de 17 a 19 de março de 2014.

Em 2013, quando comemorou seu décimo aniversário, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (Ibas) promoveu reuniões dos Grupos de Trabalho que compõem sua vertente de cooperação setorial, bem como de dois de seus foros voltados para a sociedade civil (mulheres e governança local). Houve avanço, ainda, na negociação do acordo que formalizará o Fundo Ibas para o Alívio da Fome e da Pobreza.

A Presidenta da República participou da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África (ASA), realizada na Guiné-Equatorial, em fevereiro de 2013. Na reunião, que contou com a presença de 39 Chefes de Estado e de Governo, o Brasil atuou como Coordenador Regional Sul-Americano.

Em cumprimento às decisões adotadas na III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), realizada em Lima, em 2012, foram realizadas as atividades previstas no calendário aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo, dentre as quais a I Reunião de Ministros da Energia da Aspa (Abu Dhabi, janeiro de 2013), o II Fórum Inter-regional de Chefes de Escritórios de Propriedade Industrial de Países Sul-Americanos e Árabes (Rio de Janeiro, junho de 2013) e a II Reunião de Ministros da Educação (Lima, outubro de 2013).

b) Integração Regional

No âmbito do Mercosul, avançou-se no processo de ampliação do bloco. Ocorreram de forma regular os trabalhos concernentes à adesão ao bloco da Bolívia, que deverá converter-se futuramente no sexto Estado Parte do Mercosul. No primeiro semestre de 2013, foram assinados os Acordos de Associação da Guiana e do Suriname ao Mercosul. Assim, todos os países sul-americanos se encontram hoje vinculados ao bloco, seja como membros plenos, seja como associados. Ainda no primeiro semestre de 2013, o Mercosul tornou-se membro observador do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica).

Os Estados Partes do Mercosul dedicaram particular empenho à normalização da participação do Paraguai nas atividades do bloco. Com esse objetivo, foi adotada, em junho de 2013, a *Decisão Presidencial sobre o fim da suspensão do Paraguai do Mercosul*.

Ainda em relação ao Paraguai, fato de especial relevância foi a inauguração, em outubro de 2013, da linha de transmissão elétrica entre Itaipu e a cidade de Villa Hayes, nas cercanias de Assunção, realizada, em parte, com recursos de contribuições brasileiras ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Com valor aproximado de US\$ 550 milhões, a obra ampliará o acesso da população e dos agentes econômicos paraguaios à energia elétrica produzida pela Usina de Itaipu.

Em 2013, a Unasul desempenhou papel relevante no tratamento de temas políticos de interesse regional. A Unasul serviu de espaço de coordenação regional no contexto das denúncias relativas a atos de espionagem perpetrados contra países sul-americanos e seus nacionais. Em agosto, os membros da Unasul alcançaram consenso em favor da reincorporação do Paraguai à União, o que se daria a partir da data da posse do novo Presidente paraguaio, Horacio Cartes.

Na vertente social, a Unasul concluiu a regulamentação do Foro de Participação Cidadã, canal permanente de informação e consulta governo-sociedade civil. O formato do Foro permitirá que as propostas apresentadas pela cidadania recebam consideração adequada e resposta efetiva dos Conselhos Ministeriais e das demais instâncias governamentais dos países que integram a União.



A Presidenta da República participou, em janeiro de 2013, da I Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) em Santiago. A Cúpula definiu prioridades no que tange ao diálogo político e à cooperação em temas de especial interesse, com destaque para questões relativas a desenvolvimento social, energia, cooperação entre os mecanismos sub-regionais de integração, coordenação nas Nações Unidas e cultura.

Ao longo de 2013, o Brasil prestou amplo apoio à Presidência *Pro Tempore* cubana da Celac, em especial na organização de reuniões sobre ciência e tecnologia e sobre agricultura familiar, respectivamente em Foz do Iguaçu/PR e Brasília/DF. A II Cúpula da Celac, a realizar-se em janeiro de 2014, em Havana, terá como tema principal a luta contra a fome, a pobreza e as desigualdades na América Latina e no Caribe.

Na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), avançou, em 2013, o processo de incorporação da Nicarágua como 14º país-membro da organização. Trata-se de mais uma evidência da atratividade da Aladi para novos membros latino-americanos, como já havia atestado, em 2012, a adesão do Panamá à Associação.

Em 2013, foi ainda ampliada a atuação brasileira com os países vizinhos em torno de projetos conjuntos de infraestrutura, capazes de potencializar a integração produtiva com os demais países sul-americanos, no marco da realização de esforços compartilhados com o objetivo de ampliar a competitividade das economias da região. Destacaram-se, nesse contexto, os entendimentos relativos à integração da malha ferroviária havidos com Argentina, Paraguai e Peru, bem como aqueles destinados à ampliação da capacidade portuária do Atlântico Sul, mantidos com o Uruguai.

c) Relações Bilaterais

O Brasil teve, em 2013, atuação diplomática intensa em todas as regiões do mundo, fortalecendo sua presença no plano internacional.

As relações bilaterais com os países da América do Sul, da América Central e do Caribe continuaram a ocupar posição privilegiada na estratégia de inserção do Brasil. Ao longo de 2013, a Presidenta da República realizou visitas a sete países sul-americanos: Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Com a Argentina, destacam-se os seguintes avanços: i) a realização de reunião em nível de Vice-Chanceleres para tratar dos projetos estratégicos de cooperação bilateral nas áreas nuclear, espacial, defesa, indústria aeronáutica, infraestrutura e comunicações; ii) a aprovação de linha de crédito do BNDES para o financiamento das obras de soterramento da linha ferroviária Sarmiento, na Província de Buenos Aires, as quais contam com a participação de empresas brasileiras; iii) a realização da primeira reunião da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina; e iv) a continuidade das negociações em torno da instituição do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) estando em andamento tratativas para a inclusão de operações de serviços não financeiros, além daquelas vinculadas ao comércio de bens.

Brasil e Uruguai aprovaram Plano de Ação bilateral que contempla 40 ações em áreas como a livre circulação de bens e serviços, a integração produtiva e projetos de infraestrutura, dentre os quais a construção da nova ponte sobre o rio Jaguarão, a implantação da hidrovía Uruguai-Brasil e a reativação da interconexão ferroviária Cacequi-Santana do Livramento-Rivera-Montevideú. Foi assinado, ainda, acordo que estabelece mecanismo simplificado para a concessão de residência permanente a nacionais brasileiros e uruguaios que queiram fixar moradia no outro país.

As relações com o Paraguai ingressaram em nova etapa em 2013, e o Brasil tem incentivado a plena reintegração do Paraguai aos foros regionais. A Presidenta da República compareceu à cerimônia de posse do Presidente Cartes, recebeu-o em visita de Estado a Brasília e acompanhou o mandatário paraguaio na inauguração da linha de transmissão elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes.



Com a Bolívia, merece destaque a cooperação bilateral para o combate a ilícitos internacionais, que possibilitou a devolução ao Brasil de 375 veículos brasileiros roubados e levados para território boliviano. Avançaram, ainda, iniciativas diversas de integração fronteiriça, com a realização das reuniões inaugurais dos Comitês de Cáceres/San Matías, em abril, e de Guajará-Mirim/Guayaramerín, em novembro de 2013.

A Presidenta da República realizou visita ao Chile, em janeiro de 2013, quando participou de reunião com o Presidente Sebastián Piñera à margem da I Cúpula Celac. Por ocasião da visita, foram analisados aspectos da integração física na região e firmados instrumentos como o Acordo de Cooperação Antártica e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional.

O ano de 2013 marcou o retorno dos voos diretos entre o Brasil e o Equador. Foram retomadas, também, as atividades do Grupo de Trabalho de Transportes, que se reuniu em setembro para examinar o projeto do Eixo Multimodal que ligará o porto de Manta, no Pacífico, à cidade de Manaus/AM.

Em 2013, o Brasil iniciou com o Peru programa de transferência de tecnologia para a produção de medicamentos no país andino e para a formação de profissionais peruanos em saúde pública e gestão hospitalar. Em novembro, a Presidenta da República realizou visita oficial ao Peru, ocasião em que foram assinados acordos em matéria de telecomunicações e termo de cooperação sobre a transferência ao Peru do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) da rede escolar.

As relações com a Colômbia continuaram a estreitar-se em 2013. Em agosto, a XV Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração ensejou oportunidade para contatos diretos entre autoridades locais e federais dos dois países sobre o tema do desenvolvimento fronteiriço. No âmbito cultural, após ter participado como país homenageado da XXV Feira do Livro de Bogotá, em 2012, o Brasil aceitou convite para ser o país homenageado do Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá-2014. Os Governos brasileiro e colombiano elaboraram, em conjunto, programa de cooperação para o desenvolvimento rural, questão prioritária para a Colômbia na preparação da etapa pós-conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

As relações com a Venezuela mantêm-se em patamar de interação e complementariedade. A Presidenta da República esteve presente nas exéquias do Presidente Chávez, em março de 2013, e na posse do Presidente Maduro, em abril de 2013. O Presidente Maduro realizou visita ao Brasil para, entre outros objetivos, preparar o exercício da Presidência *Pro Tempore* venezuelana do Mercosul. Visitas ministeriais e de altos funcionários dos dois países promoveram a troca de experiências sobre zonas econômicas especiais e sobre políticas industriais, e deram início a projeto de integração produtiva baseado em interesses complementares dos dois países.

Com o Suriname, o Brasil avançou no tratamento da cooperação técnica bilateral nas áreas de defesa, saúde e agricultura. O Brasil apoiou a Presidência *Pro Tempore* surinamesa da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), inclusive por meio da cessão de funcionário diplomático a Paramaribo pelo prazo de um ano e de três helicópteros das Forças Armadas brasileiras, por ocasião da Cúpula, em agosto de 2013.

Em relação à Guiana, os Chanceleres dos dois países criaram, em julho de 2013, a Comissão Mista Brasil-Guiana para Desenvolvimento de Infraestrutura. O Brasil deu seguimento às ações de seu extenso programa de cooperação técnica com a Guiana, sobretudo na área agrícola, mas também nos campos policial e consular.

O relacionamento com os países da América Central continuou a estreitar-se. Em 2013, Guatemala e Honduras adotaram o Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T), somando-se à Costa Rica que já havia feito a mesma opção.

O Brasil reuniu-se com os países caribenhos à margem da XVI Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (Caricom), em Porto de Espanha (Trinidad e Tobago), em maio de 2013. Na ocasião, foi anunciada



a iniciativa Brasil-Caricom de Fortalecimento de Capacidades e Competências na Área Agrícola. Em setembro de 2013, a Fundação Alexandre de Gusmão realizou o I Curso para Diplomatas do Caribe. No âmbito bilateral, foram realizadas visitas ao Brasil do Primeiro-Ministro do Haiti e dos Chanceleres de Cuba, Jamaica e Barbados.

A Presidenta da República manteve reunião com o Presidente do México, Enrique Peña Nieto, à margem da Cúpula da Celac, em janeiro de 2013, e o Chanceler mexicano realizou visita ao Brasil em maio. São crescentes os investimentos brasileiros no México, incluindo financiamentos aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em montante superior a US\$ 1 bilhão nos últimos anos. A cooperação técnica com aquele país também se dinamizou, com destaque para projeto de formação de técnicos em agricultura, pecuária e silvicultura tropical, de particular interesse para o lado mexicano.

Com os Estados Unidos (EUA), foram realizadas ao longo do ano de 2013 reuniões de diferentes mecanismos de diálogo periódico bilateral, como: i) a X Reunião do Diálogo Comercial, em fevereiro; ii) a VIII Reunião do Fórum de Altos Dirigentes de Empresas e a II Reunião do Diálogo Estratégico de Energia, ambas em março; iii) a VI Reunião do Grupo Diretor do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade, em julho; iv) a II Reunião da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais, em setembro; v) a III Conferência Brasil-EUA de Inovação, em setembro; e vi) Reunião do Diálogo Econômico-Financeiro entre os dois países, em outubro. Continuaram a ser desenvolvidas, ainda, outras iniciativas ao amparo da Parceria em Aviação, visando ao aprimoramento do ambiente regulatório nos dois países, à troca de experiências na formação de pessoal e à promoção de sua cadeia industrial aeronáutica.

No primeiro semestre de 2013, Brasil e Canadá realizaram a II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica, a III Reunião do Diálogo-Político-Militar, a VI Reunião de Consultas Humanitárias e a II Reunião do Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Canadá é o principal destino de investimentos diretos brasileiros no exterior e deverá, brevemente, tornar-se o segundo maior destino de estudantes brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras.

No que se refere ao continente europeu, a Presidenta da República realizou, em 2013, visitas a Itália, Portugal, Rússia e Vaticano. O Vice-Presidente da República visitou Alemanha, França, Hungria, Portugal e Reino Unido. Visitaram o Brasil os chefes de Estado ou de Governo de Alemanha, Macedônia, Noruega, Rússia, Suécia e Vaticano, bem como os Ministros das Relações Exteriores de Andorra, Bélgica, Geórgia, Luxemburgo, Portugal e Rússia, o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão Europeia.

Nas relações com a França, registraram-se avanços importantes em projetos estratégicos de cooperação nos domínios da defesa e de altas tecnologias. Merecem registro especial a cooperação estabelecida no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), o Programa de Helicópteros (H-XBR), pelo qual as Forças Armadas do Brasil deverão adquirir 50 helicópteros EC-725, e a escolha do grupo francês Thales para o fornecimento ao Brasil de seu primeiro satélite geoestacionário para uso dual (civil e militar).

Com o Reino Unido, aprofundou-se o diálogo político em matérias relativas à paz e segurança internacional, em especial no tema da prevenção da violência sexual em conflitos armados, que tem no Brasil e no Reino Unido seus principais promotores, à prosperidade global e ao desenvolvimento sustentável. Entre outros domínios de cooperação, merece destaque o da educação, com a participação do Reino Unido no Programa Ciência sem Fronteiras.

Com a Alemanha, merecem registro as tratativas conduzidas ao longo do ano entre a organização social Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Sociedade Fraunhofer no campo da inovação, com vistas a criar maior sinergia entre as pequenas e médias empresas dos dois países, a cooperação em ciência e tecnologia e a participação da Alemanha no Programa Ciência sem Fronteiras. O Vice-Presidente da República participou em Frankfurt, em outubro de 2013, da inauguração da Feira do Livro, evento que teve o Brasil como país homenageado.



Com Portugal, a visita da Presidenta da República, em junho de 2013, e a realização simultânea da XI Cimeira Brasil-Portugal permitiram avanços no campo da educação, com a assinatura de ato bilateral que facilita o reconhecimento mútuo de diplomas, sobretudo na área de Engenharia. De maneira mais ampla, merece registro o crescente interesse de investidores brasileiros no processo de privatizações em Portugal.

Em sua viagem à Santa Sé, em março de 2013, a Presidenta da República participou das cerimônias de entronização do Papa Francisco. O Papa Francisco, por sua vez, realizou viagem ao Brasil em julho, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude.

Em sua viagem a Roma, a Presidenta da República reuniu-se também com o Presidente da Itália, Giorgio Napolitano. Brasil e Itália realizaram, em outubro de 2013, em Roma, a V Reunião do Conselho Ítalo-Brasileiro de Cooperação, com a participação do Secretário Geral das Relações Exteriores. Na oportunidade, foi tratada a ampla agenda de cooperação bilateral nas áreas econômico-comercial, financeira, previdenciária, cultural, educacional, de defesa e de saúde.

Nas relações com a Suécia, destacou-se a seleção da aeronave sueca Saab Gripen NG (*New Generation*) como vencedora da concorrência internacional do Programa F-X2, que visa à aquisição de 36 caças multimissão que deverão equipar a Força Aérea Brasileira pelos próximos 30 anos.

Com a Rússia, foi realizada a Sexta Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, copresidida pelo Vice-Presidente da República e o Presidente do Governo da Federação da Rússia, em fevereiro de 2013, em Brasília/DF. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia realizou visita de trabalho ao Rio de Janeiro/RJ em junho de 2013. O Chanceler brasileiro, por sua vez, realizou visita oficial a Moscou em novembro de 2013.

As relações com a Ucrânia, que recebeu visita do Chanceler brasileiro em julho de 2013, aprofundaram-se em diversas vertentes, notadamente na cooperação espacial (projeto Alcântara/Cyclone-4) e de saúde (produção de insulina humana no Brasil com tecnologia ucraniana). Realizou-se em Brasília, em novembro de 2013, a VI Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial entre os dois países.

Durante o ano de 2013, o Governo brasileiro manteve relacionamento estratégico com a União Europeia (UE). Em janeiro de 2013, a Presidenta da República recebeu os Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia para a realização da VI Cúpula Brasil-UE. Na ocasião, decidiu-se pela criação de um grupo de trabalho *ad hoc* sobre temas econômicos, com ênfase nas áreas de investimento e de competitividade. O grupo objetiva incrementar os contatos entre as áreas de indústria, comércio e inovação de Brasil e UE, bem como atuar como catalisador das negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE.

Com a Turquia, os diversos contatos mantidos ao longo do ano permitiram aprofundar o diálogo político em temas relativos à paz e à segurança global. No plano bilateral, entrou em vigor, em novembro de 2013, o Acordo para Evitar a Dupla Tributação.

As relações Brasil-África foram aprofundadas e diversificadas ao longo de 2013. A Presidenta da República realizou três viagens ao continente, para participar da III Cúpula América do Sul-África (Asa) na Guiné Equatorial, em fevereiro; para participar da V Cúpula dos Brics na África do Sul, em março; e para participar das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana, na Etiópia, em maio. Buscou-se intensificar o comércio com a África, que se multiplicou por cinco nos últimos dez anos. Numerosas empresas, instituições científicas e entidades da sociedade civil brasileira continuaram a atuar em importantes projetos para o desenvolvimento do continente.

Com a África do Sul, deu-se continuidade ao aprofundamento da Parceria Estratégica com a realização da V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Bilateral, marcada pelo avanço do diálogo nas áreas de ciência e tecnologia, defesa e cultura,



entre outras. Em dezembro de 2013, a Presidenta da República viajou a Joanesburgo, acompanhada dos ex-Presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, para participar da cerimônia de exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela. Em seu discurso, a Presidenta da República afirmou que a luta de Mandela e do povo sul-africano transformou-se em paradigma não só para a África, mas também para todos os povos que lutam pela justiça, pela liberdade e pela igualdade.

Com relação a Moçambique, intensificou-se o diálogo em torno da cooperação bilateral, especialmente no que tange à saúde pública, à agricultura e à educação. No âmbito da Parceria Estratégica com Angola, foram discutidos o desenvolvimento e a consolidação da cooperação em defesa e o aprofundamento do debate sobre temas migratórios.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil acompanhou os desdobramentos da crise política na Guiné-Bissau, tema que ocupou o centro dos debates da XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em Maputo (Moçambique), e participou da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Lisboa (Portugal).

A Presidenta da República visitou a Nigéria, em fevereiro de 2013, ocasião em que foi criado o Mecanismo de Diálogo Estratégico bilateral. A primeira reunião do referido Mecanismo, presidida pelos Vice-Presidentes brasileiro e nigeriano, foi realizada em Brasília, em novembro de 2013.

O Brasil recebeu, em 2013, a inédita visita de um Presidente do Egito, ocasião em que os dois países aprofundaram seu diálogo no campo da cooperação para o desenvolvimento, em especial em sua vertente social. Desde então, o Brasil tem acompanhado com especial atenção a situação política no Egito e manifestado sua expectativa de rápido retorno do país à plena vigência da ordem democrática.

O ano de 2013 foi dos mais importantes em termos de intercâmbio de visitas de alto nível entre o Brasil e os países do Oriente Médio, como exemplificam as viagens do Vice-Presidente brasileiro ao Sultanato de Omã, aos Emirados Árabes Unidos, e à Israel e à Palestina. No contexto das referidas visitas, foram assinados cinco acordos bilaterais, em alguns casos inaugurando o arcabouço jurídico bilateral do Brasil com alguns daqueles países.

O Brasil indicou oficialmente o Embaixador no Cairo (Egito) como Representante Especial do Brasil junto à Liga dos Estados Árabes, o que deverá incrementar o diálogo político com aquela Organização e conferir *status* diferenciado ao País naquele âmbito.

O Brasil mantém seu tradicional compromisso com a paz e a estabilidade do Líbano, país com o qual partilha importantes laços culturais, ancorados na grande comunidade de descendentes de libaneses no Brasil, estimada entre sete e dez milhões. O Brasil, em 2013, manteve sua participação ativa na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

A grave situação na Síria provocou a morte de mais de 100 mil pessoas e lançou 2,2 milhões de sírios à condição de refugiados. Em 2013, o Brasil contribuiu com US\$ 400 mil para os esforços de assistência humanitária a refugiados sírios, por intermédio do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados. O País defende solução negociada para o conflito, havendo repudiado, a cada episódio, a violência e as violações dos direitos humanos ocorridas em território sírio, em especial o uso de armas químicas em agosto. O País apoiou as iniciativas do Representante Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes em prol de uma solução política para o conflito, bem como o acordo para eliminação do arsenal químico sírio firmado entre os Estados Unidos e a Rússia.



Nesse período, o Brasil manteve sua posição de apoio à pronta retomada das negociações diretas entre Israel e Palestina. Criticou a paralisação do Quarteto para o Oriente Médio e reiterou a condenação da construção de assentamentos nos territórios palestinos, prática contrária ao Direito Internacional.

Ao longo de 2013, o Brasil deu continuidade à intensificação de suas relações com países da Ásia e da Oceania.

A Presidenta da República e o Presidente da China mantiveram dois encontros em 2013, em março e setembro, o que evidencia a importância atribuída por ambos ao desenvolvimento das relações bilaterais, marcadas, em 2012, pelo estabelecimento da Parceria Estratégica Global e a criação do Diálogo Estratégico Global entre os dois países. Em novembro, o Vice-Presidente da República realizou visita oficial à China, ocasião em que presidiu a III Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a Cosban, mecanismo que rege os mais diversos aspectos do relacionamento bilateral. No sentido de aprofundar a cooperação financeira entre Brasil e China, em março de 2013, foi assinado o contrato de *swap* de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o *People's Bank of China* com valor total equivalente a aproximadamente US\$ 30 bilhões, pelo prazo de três anos, com possibilidade de renovação. A utilização dos recursos é orientada, principalmente, para facilitar o comércio bilateral.

As relações Brasil-Japão foram marcadas pela visita ao País, em setembro de 2013, do Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês. Destaca-se, ainda, a realização no Brasil da IV Reunião do Grupo de Notáveis Brasil-Japão, foro dedicado à elaboração de análises e propostas para o aprofundamento das relações bilaterais, com foco em comércio e investimentos.

No que tange às relações com a Coreia do Sul, o ano de 2013 marcou o cinquentenário da imigração coreana para o Brasil, cujas comemorações incluíram a inauguração, em São Paulo/SP, do Centro Cultural Coreano. Em outubro, realizou-se, em Brasília/DF, a IV Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial Brasil-Coreia do Sul. No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, a Coreia do Sul recebeu mais de 323 estudantes brasileiros desde o início do Programa e ofereceu estágios em grandes empresas do país.

O diálogo político com países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) intensificou-se em 2013, com diversas visitas ministeriais nas duas direções. No que se refere à Índia, ocorreu em Brasília/DF, em outubro, a VI Reunião da Comissão Mista Ministerial, ocasião em que foram assinados instrumentos tais como o acordo sobre a transferência de pessoas condenadas e o ajuste ao acordo para evitar dupla tributação.

Em março de 2013, o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia realizou visita oficial ao Brasil. Na ocasião, foram identificadas oportunidades de ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos, especialmente no setor agropecuário, bem como de fortalecimento da cooperação nas áreas de turismo, esportes e cultura.

Em junho de 2013, foi realizada a VI Reunião do Conselho de Chanceleres do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), em Bali (Indonésia), na qual foram aprovadas medidas para dinamizar e atualizar a estrutura do Foro, tendo sido analisadas, inclusive, iniciativas destinadas a ampliar a participação da sociedade civil e do empresariado na Focalal.

d) Negociações Econômico-comerciais

Em 2013, o Brasil manteve-se firme em seu compromisso com o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC). O candidato brasileiro foi eleito para a Direção-Geral da Organização e o País participou do processo negociador com vistas à adoção de um pacote de resultados por ocasião da 9ª Conferência Ministerial da Organização, realizada em Bali, em dezembro. A expectativa brasileira é de que os entendimentos em Bali contribuam para restaurar a capacidade negociadora da OMC e permitir a retomada das negociações para a conclusão da Rodada de Doha.



Em 2013, teve lugar o VI Exame de Política Comercial do Brasil. Esse exercício de transparência, que, no caso do Brasil, ocorre a cada quatro anos, envolveu diversos órgãos do Governo, sob a coordenação da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Foram elaborados dois relatórios e o Brasil respondeu a 779 perguntas de mais de 30 delegações sobre os mais variados temas, como desempenho macroeconômico, infraestrutura, defesa comercial, tributação e licenciamento de importações.

Em 2013, o Brasil buscou, igualmente, participar de forma ativa no debate acerca das distorções no comércio internacional provocadas pelas flutuações das taxas de câmbio. Em outubro, o Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC decidiu dar continuidade às discussões sobre taxas de câmbio e comércio internacional, com ênfase no objetivo de fortalecer a coerência entre a OMC e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em consonância com linha de trabalho proposta pelo Brasil. Mesmo em um contexto internacional adverso, o Brasil manteve seu *status* de credor do FMI, tendo apoiado o reforço da capacidade financeira do FMI por meio de aportes realizados em Direitos Especiais de Saque (DES), espécie de moeda do Fundo.

Em 2013, o Brasil informou a OMC sobre a modernização do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial. O Governo vem atuando nas investigações iniciadas em outros países e que possam resultar em decisões prejudiciais às exportações brasileiras.

Buscando garantir condições equânimes de competitividade para os exportadores nacionais, o País acompanhou as iniciativas de diálogo relativas a créditos à exportação no âmbito da OMC, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Grupo de Trabalho Internacional de Créditos à Exportação, cuja próxima reunião ocorrerá no Brasil, em janeiro de 2014.

Também foram priorizadas, em 2013, nas esferas bilateral e multilateral, iniciativas em prol do agronegócio brasileiro e da liberalização do comércio agrícola internacional. Realizou-se em Belo Horizonte/MG, a sessão de comemoração do cinquentenário da Organização Internacional do Café. Na OMC, o País manteve atuação de relevo no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Ainda no contexto multilateral, o País acompanhou os trabalhos dos diversos comitês da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e dos órgãos normativos internacionais de referência em matéria sanitária e fitossanitária – *Codex Alimentarius*, Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e Convenção Internacional de Proteção de Vegetais). No plano bilateral, após dificuldades geradas pela notificação de um caso de encefalopatia espongiforme bovina no Brasil, que resultou na imposição, por alguns países, de restrições às exportações de carne bovina do País, foi possível obter decisão da OIE de manter o risco sanitário brasileiro no nível mais baixo possível, bem como a reabertura dos mercados de Chile, Egito, Irã, Jordânia e Peru.

No que tange às disputas na OMC, durante o ano de 2013, foi encerrado contencioso entre Brasil e Estados Unidos (EUA) sobre suco de laranja, com a condenação do método de cálculo norte-americano (*zeroing*) que inflava artificialmente o direito *antidumping* aplicado contra o produto brasileiro, o que facilitou o acesso ao mercado norte-americano em condições mais competitivas. O Governo continuou engajado na busca de uma solução satisfatória para o contencioso do algodão com os Estados Unidos, tendo reativado o processo interno para identificação de contramedidas comerciais que poderão ser adotadas pelo Brasil, em 2014, na hipótese de que a futura legislação agrícola norte-americana, em debate no Congresso daquele país, não respeite as decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC) no caso “EUA – Algodão”.

No âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), o Brasil contribuiu de maneira decisiva para a conclusão, em junho de 2013, do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso. As negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil, em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O Acordo foi assinado pelo Governo brasileiro em 28 de junho de 2013 e aguarda ratificação.



O Brasil trabalhou para o aprofundamento da cooperação com a OCDE na discussão de políticas públicas relacionadas à promoção do desenvolvimento. Nesse contexto, o País foi nomeado para integrar o comitê diretor do Projeto Beps (Erosão da Base e Transferência de Lucros), voltado para a cooperação em matéria fiscal, bem como do Pisa (Programa para Avaliação Internacional dos Estudantes). O País recebeu, em 2013, visita oficial do Secretário Geral da OCDE.

A Presidenta da República participou, em setembro de 2013, da Cúpula de Líderes do G20 em São Petersburgo, Rússia, quando, entre outras ações, aprovou-se o Plano de Ação de São Petersburgo, que prevê a implementação de estratégias abrangentes para a promoção do crescimento e do emprego. Na ocasião, foi endossado o Plano de Ação sobre Beps, relativo aos desafios gerados pela prática de transferência de lucros por multinacionais para países de menor tributação.

Por ocasião das comemorações do Cinquentenário da União Africana, a Presidenta da República anunciou, em maio de 2013, a renegociação da dívida de 12 países africanos com os quais o Brasil mantém vínculos históricos de amizade e de cooperação econômica. Em 2013, foram assinados três contratos de reestruturação da dívida, os quais envolvem a recuperação de aproximadamente US\$ 32,04 milhões. Além disso, foram encaminhados pelo Poder Executivo, para autorização do Senado Federal, os resultados das negociações de reestruturação de dívidas com outros seis países africanos, envolvendo a recuperação de créditos da ordem de US\$ 137,8 milhões. Ao implementar essa decisão, o Governo brasileiro atuou em estreita coordenação com a comunidade internacional, que recomenda as operações de reestruturação de dívida para beneficiar os países pobres altamente endividados, segundo os padrões do Clube de Paris e do Banco Mundial.

No decorrer de 2013, o Governo brasileiro promoveu reuniões com a sociedade civil e o setor privado a fim de assegurar a transparência do processo negociador em curso com a União Europeia. Com base no resultado da consulta pública junto ao setor privado, o Conselho Deliberativo da Camex aprovou a oferta nacional sobre as condições de acesso ao mercado brasileiro, a serem apresentadas ao lado europeu como parte da oferta do Mercosul, nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras públicas.

No ano de 2013 foram realizadas 24 missões de promoção comercial no exterior em 22 países, sendo algumas delas no contexto de viagens de autoridades governamentais: três presidenciais (Nigéria, Etiópia e Peru), duas missões vice-presidenciais (Omã e Emirados Árabes Unidos), e duas ministeriais (Nigéria e Argélia/Marrocos). Adicionalmente, o Itamaraty apoiou 16 missões organizadas por instituições empresariais, tais como a Apex-Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), federações de indústria e comércio estaduais e associações setoriais. No que tange à realização de feiras no exterior, foram apoiados 128 eventos nos mais diferentes setores econômicos, tais como alimentos, energia e meio ambiente, médico e saúde, turismo, calçados, entre outros.

A corrente de comércio exterior brasileira em 2013 atingiu o valor de US\$ 481,8 bilhões, com crescimento de 2,6% em relação a 2012. A América do Sul representou 15% do comércio exterior do Brasil, sendo que 83% de nossas exportações para a região foram compostas por produtos industrializados. O comércio exterior do Brasil manteve o equilíbrio na distribuição entre seus parceiros: em 2013, a União Europeia respondeu por 20,4% do total do comércio; a China, por 17,3%; e os Estados Unidos, por 12,7%.

e) Cooperação Técnica e Esportiva

Em 2013, o Brasil executou 141 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e no Caribe, em benefício de 21 países, nos setores de agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego. Na África, o Brasil desenvolveu cooperação técnica bilateral com 27 países, incluindo projetos, atividades isoladas e cursos de capacitação. Foram executadas 84 iniciativas de cooperação bilateral.



O Brasil continuou suas atividades de cooperação no Oriente Médio e na Ásia, com projeto em execução no Sri Lanka e missões de prospecção em Fiji, Mianmar, Tailândia e Vanuatu.

Parcerias triangulares foram executadas com Alemanha, Austrália, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Suíça, totalizando 43 projetos em andamento e mobilizando recursos brasileiros no valor de US\$ 1,9 milhão, complementando a cooperação técnica Sul-Sul do Brasil. As áreas de atuação da cooperação trilateral concentram-se nos países africanos de língua portuguesa e nos países da América Latina.

No âmbito das parcerias mantidas com organismos internacionais, a exemplo de Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), existem atualmente 48 ações em andamento, envolvendo recursos no valor de US\$ 4,4 milhões. O Brasil desenvolveu 228 projetos de cooperação técnica com 21 instituições.

No que tange aos esportes, articulou-se a vitoriosa campanha de Brasília/DF para sediar a *Universíade 2019* – evento esportivo universitário bianual, que congrega cerca de dez mil atletas de todo o mundo. O Brasil também sediou a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, os Jogos Escolares Mundiais e, à margem dos XII Jogos dos Povos Indígenas do Brasil, o Fórum Social dos Povos Indígenas lançou a proposta de realizar no Brasil, em 2015, a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas.

Em 2013, foram implementados acordos de cooperação para a realização de megaeventos esportivos assinados com África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia. Esses acordos permitem intercâmbio de informações em áreas relativas a planejamento estratégico, segurança, meio ambiente, transportes, alfândega, comunicações, diplomacia, mídia, infraestrutura, legado, cerimonial, protocolo, vistos e estratégias de projeção de imagem e reputação do país-sede.

f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural

Foi priorizada a promoção do Programa Ciência sem Fronteiras, tendo sido realizadas, em 2013, ações em 28 Embaixadas e Consulados brasileiros, voltadas para a orientação e o apoio aos bolsistas. Em 18 postos prioritários, dentre os quais Paris, Londres, Washington e Seul, foram designados assistentes técnicos para dedicarem-se exclusivamente aos assuntos do Programa Ciência sem Fronteiras e à organização do Programa de Apoio ao Estudante Brasileiro.

No plano cultural foi mantida a prioridade da diplomacia brasileira à promoção da língua portuguesa e à difusão da imagem e da cultura do Brasil, nas suas mais diversas manifestações e em toda sua diversidade. Em 2013, o Brasil participou de 29 feiras e festivais nas áreas da literatura, artes visuais e artes cênicas, em 23 países. Destacam-se a participação do Brasil, como país homenageado, na Feira Internacional do Livro de Frankfurt, bem como a realização do Mês do Brasil na China e do Ano do Brasil em Portugal. Em 2013, foi celebrado, em mais de 20 postos, o centenário do nascimento do poeta e diplomata Vinícius de Moraes. Em 2014, o Brasil será o país homenageado do Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá, da Feira do Livro de Bolonha e da Feira do Livro de Gotemburgo. Ademais, está prevista a realização dos Dias do Brasil na Rússia.

Para atender ao crescente interesse pela cultura brasileira e por seu idioma, deu-se continuidade à expansão da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, com a abertura do Centro Cultural Brasil-Argentina, em Buenos Aires, um dos mais amplos da rede. Em apenas dois meses de funcionamento, o Centro já atraiu cerca de 500 alunos. Também em 2013, foi inaugurado o Centro Cultural em Tel Aviv (Israel), cujo funcionamento pleno está previsto para 2014.



Com o objetivo de aumentar a visibilidade da Rede de Centros e Núcleos de Estudo, bem como dos leitorados brasileiros, e a intensificar o diálogo entre as distintas unidades que a compõem, foram criados dois canais de comunicação na Internet, voltados precipuamente a docentes e discentes da Rede.

O apoio à distribuição internacional de filmes brasileiros garantiu a apresentação de 18 filmes nacionais, inéditos em seis países, três dos quais foram lançados no circuito de exibição comercial. Viabilizou-se a montagem de estandes em quatro grandes mercados audiovisuais estrangeiros, entre os quais se destacam o *Mercado Internacional de Curtas-metragens de Clermont-Ferrand*, na França, e o *American Film Market*, nos EUA, para o qual se garantiu a ida de nove produtores brasileiros.

Manteve-se o Programa de Apoio à Capacidade de Jovens Talentos, por meio da organização de três oficinas de roteiro no Brasil e o auxílio à ida de 25 profissionais do setor para eventos correlatos no exterior.

Em 2013, foi apoiada a realização, no âmbito do Programa de Divulgação da Realidade Brasileira, de 168 eventos de divulgação da cultura nacional em 58 países em cinco continentes. Em sintonia com as principais diretrizes da política externa brasileira, as programações culturais têm privilegiado a interação e a troca de ideias e experiências entre acadêmicos, escritores, artistas e intelectuais do Brasil com suas contrapartes e com o público interessado da América do Sul, dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e da África.

Teve seguimento a série de publicações *Textos do Brasil*, realizadas em diversos idiomas e distribuídas gratuitamente. Em 2013, produziu-se a matriz gráfica das três próximas edições, que versarão sobre as novas tendências artísticas da música popular brasileira (MPB), publicidade e arte contemporânea. Também foi mantida a publicação da coleção *Mundo Afora*. Em 2013, foi lançada edição dedicada a políticas de incentivo à inovação.

Em 2013, foram realizados diálogos bilaterais na área de ciência e tecnologia com Alemanha, Canadá, China, Itália, Países Baixos e União Europeia e, específicos sobre inovação, com França, Portugal e Reino Unido. Destacou-se, ainda, a realização, pela primeira vez no Brasil, da VI edição do Fórum Mundial da Ciência, em novembro, no Rio de Janeiro/RJ.

No que tange à governança da Internet, o Brasil teve participação ativa nos fóruns globais de discussão sobre o tema, entre os quais o Fórum de Governança da Internet, a Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a União Internacional de Telecomunicações (IUT), além da já referida participação do País na abertura da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas convocando os países a estabelecerem um marco civil internacional para a Internet.

No âmbito regional, o Brasil assumiu a presidência do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet, no marco do Plano de Ação para a Sociedade de Informação na América Latina e Caribe. Foi proposta, ainda, a criação de Grupo de Trabalho do Mercosul sobre Governança, Privacidade, Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica, com vistas a dar seguimento à decisão sobre repúdio à interceptação de dados e comunicações eletrônicas, bem como fomentar iniciativas regionais para incrementar a autonomia tecnológica e a segurança das comunicações na região.

g) Temas Consulares e Comunidades Brasileiras no Exterior

Além da assistência regular prestada em suas sedes, a rede de postos consulares brasileiros atendeu, em 2013, a cerca de 29 mil nacionais em 19 países, por meio de 149 consulados itinerantes. Trata-se de atividade de especial relevância, uma vez que leva serviços diretamente aos brasileiros que vivem em locais mais distantes das sedes dos postos consulares.



Na esfera migratória, concluiu-se em 2013 o programa de jornadas conjuntas Brasil-Paraguai no território daquele país, tendo sido concedidos, ao amparo do Acordo de Residência e Regularização Migratória do Mercosul, mais de 15 mil vistos temporários ou definitivos de residência para nacionais brasileiros radicados no Paraguai. Esses brasileiros passaram a gozar de igualdade de direitos civis, direito à reunião familiar, livre circulação, acesso ao trabalho regular e à previdência social, agilidade na tramitação da documentação requerida para investimentos, entre outros benefícios.

Foram criados, em 2013, oito novos Consulados Honorários, nas cidades de Nevsehir (Turquia), Erbil (Iraqe), Pucallpa (Peru), Maribor (Eslovênia), Córsega (França), Marraqueche (Marrocos), Bucaramanga (Colômbia) e Montego Bay (Jamaica). Ao longo do ano, o Brasil anuiu à abertura de mais de uma dezena de novos Consulados e Consulados Honorários estrangeiros no País, com vistas a facilitar o recurso de brasileiros e estrangeiros aos serviços consulares oferecidos em território nacional.

A permissão de saque do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) por brasileiros que se encontram no exterior foi estendida, em 2013, a brasileiros residentes em países como Áustria, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal e Suíça.

Teve continuidade a negociação de acordos bilaterais e multilaterais de previdência social que permitem aos cidadãos brasileiros residentes no exterior a contabilização de tempo de serviço no Brasil e no país de residência para fins de aposentadoria e recebimento de outros benefícios. Registrou-se a entrada em vigência do acordo com a Alemanha, foram iniciadas negociações com Israel e Suíça e finalizou-se a negociação da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do texto do acordo com a Suíça.

Foram aperfeiçoados, em 2013, o regimento e o estatuto do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) e 50 Conselhos Locais de Cidadãos ou de Cidadania manifestaram interesse em integrar o novo CRBE, comprometendo-se com agenda de trabalho. Realizou-se em novembro, na Bahia, a IV Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, reunindo 50 porta-vozes dos conselhos locais e representantes de órgãos governamentais com competência para implementar políticas em benefício das comunidades emigradas.

No contexto do Programa Mais Médicos, foi criado o Visto Temporário de Aperfeiçoamento Médico (Vicam), que vem sendo concedido aos médicos estrangeiros selecionados. Registre-se que apenas a Embaixada em Havana concedeu, desde agosto, cerca de seis mil vistos para médicos de nacionalidade cubana, que participam do Programa por meio de cooperação do Brasil com a Organização Pan-Americana de Saúde.

No contexto de maior afluxo de migrantes, a maioria deles haitianos, no Acre e no Amazonas, realizou-se, em maio de 2013, Reunião Regional de Cooperação, que contou com a participação de representantes da Bolívia, Equador, Haiti, Peru e República Dominicana. Desde janeiro de 2012, as Embaixadas do Brasil nesses países concederam mais de 6,5 mil vistos especiais permanentes de caráter humanitário a cidadãos haitianos.

A aprovação legislativa do Acordo sobre Garimpo Ilegal abriu caminho para a assinatura de Regime de Circulação Transfronteiriça de pessoas entre São Jorge do Oiapoque (Guiana Francesa) e Oiapoque/AP, o que favorecerá o aprofundamento da integração naquela região. Por ocasião da visita do Presidente francês ao País, em dezembro de 2013, foi assinado o Acordo Férias-Trabalho entre Brasil e França.

Na área de cooperação jurídica internacional, foram celebrados acordos de transferência de pessoas condenadas com a Índia e a Polônia e negociados tratados com Japão, Hong Kong e Suíça. No que tange ao auxílio jurídico mútuo em matéria civil, foi assinado acordo com o Marrocos. No que respeita à extradição, foi concluída negociação com Hong Kong e prosseguiram negociações com a Alemanha e a Áustria. No âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, buscou-se negociar acordo bilateral de auxílio jurídico mútuo em matéria penal com seis países fronteiriços: Argentina, Bolívia, Guiana, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



O Sistema Consular Integrado ampliou sua rede de proteção ao cidadão brasileiro em 2013, atingindo 182 postos com serviços consulares. Foram emitidos nesse ano 1,8 milhão de documentos de forma eletrônica, em material de segurança, controlados centralmente e acompanhados a distância.

2. Soberania

a) Planejamento na Área de Defesa

No ano de 2013, foi priorizado o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão estratégica para a Defesa Nacional. Nesse sentido, foi definida a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped), que servirá como vetor para o planejamento e a gestão estratégica dos instrumentos de defesa, bem como de base para a sistemática de planejamento estratégico-militar desenvolvida pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Inicia-se em 2014 a informatização do Sisped.

Em 2013, foi concluída a primeira versão do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed) e definidos os cenários econômicos para o seu financiamento no período entre 2014 e 2033. Importante instrumento de planejamento do Governo na área de defesa, o Paed, com foco prioritário na recuperação da capacidade operativa das Forças Armadas (FA), consolida os planos de articulação e de equipamento das três Forças e do Ministério da Defesa, com destaque no fortalecimento da base industrial nacional de defesa e nos benefícios sociais diretos e indiretos que os projetos da área oferecem.

Em 2013, o Congresso Nacional aprovou os textos revisados da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), bem como o Livro Branco de Defesa (LBD), documentos estratégicos no que concerne à defesa do País. As matérias aprovadas reafirmam a postura do País quanto às prioridades da defesa nacional, ao fomento à indústria nacional e ao relacionamento com as demais nações.

Foram distribuídos 5,5 mil exemplares do LBD, além da publicação da versão eletrônica no *site* do Ministério da Defesa na Internet contribuindo para sua divulgação e para o incremento da transparência e da participação da sociedade na temática da defesa no Brasil, revestindo-se de fundamental importância para o aumento da confiança entre os países.

Uma das diretrizes da END é capacitar a indústria nacional para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Nesse sentido, o Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013, regulamentou o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), cuja principal finalidade é a de eliminar a diferença de tributação entre produtos de defesa (Prode) nacionais e importados. Ficam, assim, estabelecidas regras diferenciadas para a produção e aquisição de produtos de defesa, a fim de assegurar a manutenção da indústria nacional. A intenção é evitar a importação de produtos de alto valor agregado e estimular o potencial econômico interno para transformar o País em exportador desse seleto nicho de produtos no mercado mundial de defesa. Em 28 de novembro de 2013, foram publicadas as primeiras portarias que credenciam Empresas Estratégicas de Defesa e classificam Produtos Estratégicos de Defesa.

b) Proteção da Amazônia

b.1) Projeto Cartografia da Amazônia

No âmbito do projeto de Cartografia da Amazônia, estão sendo mapeados 1,8 milhão de quilômetros quadrados de um total de 5,2 milhões existentes. Com essa finalidade, foram destinados, em 2013, recursos para a construção de embarcações, produção de cartas náuticas e modernização de aeronaves. Nesse contexto, em 2013, a construção do Navio Hidroceanoográfico Fluvial Rio Branco atingiu 50% de execução; os Avisos Hidroceanoográficos Fluviais Xingu, Rio Negro e Solimões e uma aeronave modelo R99 modernizada foram incorporados, respectivamente, à Marinha e à FAB; houve o mapeamento de 180 mil quilômetros quadrados



de áreas de não floresta; e foram produzidas cartas relativas à cartografia geológica. Para 2014, está prevista a incorporação do Navio Hidroceanográfico Fluvial Rio Branco, que permitirá a conclusão dos levantamentos cartográficos náuticos, a continuidade do mapeamento de áreas de florestas e a continuação da realização dos levantamentos aerogeofísicos.

b.2) O Programa Calha Norte

Criado em 1985, o Programa Calha Norte (PCN) tem por finalidade promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região Norte, bem como contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência à população da região. Abrangendo, atualmente, 194 Municípios situados na faixa de fronteira nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, o PCN vem cumprindo seus objetivos por meio de diversas ações, tais como obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica e construção e manutenção das instalações que reforçam a segurança das fronteiras e o combate ao narcotráfico.

No conjunto das atividades executadas, em 2013, no âmbito da vertente militar do PCN foram desenvolvidas diversas iniciativas nas unidades militares localizadas na área de abrangência do Programa, destacando-se: i) aquisição e manutenção de embarcações para o 4º e 9º Distritos, compreendendo a aquisição de uma draga com 300 metros de tubulação para a Base Naval de Val-de-Caes e instalação de separadores de água e óleo para os Navios Patrulha Fluviais “Roraima”, “Rondônia” e “Amapá”, sediados no 9º Distrito Naval; ii) início da construção das instalações do serviço de sinalização náutica da Marinha em Manaus/AM; iii) continuidade das obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; iv) adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF); v) reforma do Destacamento de São Salvador/AC; vi) adequação e manutenção das pequenas centrais hidrelétricas instaladas em PEF; vii) recuperação e pavimentação na área do 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx), em Manaus/AM; viii) recuperação dos hangares da Base Aérea de Belém/PA; ix) reforma das estruturas do sistema de fornecimento de água da Vila Militar Ajuricaba, em Manaus/AM; x) construção de uma lancha de Apoio Logístico que propiciará suporte às ações fluviais relacionadas às atividades desenvolvidas pela Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara); e xi) instalação de laboratórios de análises clínicas e aquisição de motores de popa para equipar embarcações de pequeno porte.

c) Defesa Terrestre

O Governo Federal vem prosseguindo, nos últimos anos, com o processo de transformação do Exército Brasileiro com a adoção de um conjunto de ações necessárias ao aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais objetivando efetivar a prontidão da Força em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Nessa linha de atuação, a implantação do projeto-piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) teve prosseguimento, em 2013, com a construção e a adaptação de suas instalações em Campo Grande e em outras cidades do Mato Grosso do Sul e a aquisição de equipamentos de alta tecnologia (tais como binóculos termais multifuncionais, outros optroônicos como óculos de visão noturna e equipamentos de monitoramento do espectro eletromagnético) que permitem a atuação rápida e oportuna de radares de vigilância terrestre e aérea de baixa altura e de sistemas de veículos aéreos remotamente pilotados.

Em seu segundo ano de implantação, o Projeto Estratégico Defesa Cibernética, coordenado pelo Exército Brasileiro, destacou-se na coordenação e na integração da segurança e na defesa cibernética durante os grandes eventos ocorridos em 2013, tais como a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a XXVIII Jornada Mundial da Juventude. Os avanços do referido projeto, em 2013, compreendem o início do funcionamento do simulador de operações cibernéticas; a aquisição de um computador de alto desempenho, a ser utilizado em pesquisas na área de defesa cibernética; e o Projeto de Rádio Definido por *Software* que contribuirá para a interoperabilidade das Forças e proporcionará um grande ganho na segurança das comunicações e nos contra-ataques de guerra eletrônica e cibernética.



No Projeto Proteger, destinado à defesa de estruturas estratégicas do País, deu-se continuidade às ações de proteção da geração e transmissão de energia, de mananciais de água e de sistemas de transporte e de comunicações, contemplando a aquisição e distribuição de viaturas operacionais, instrumentos de pontaria e precisão para o armamento do Exército e de equipamentos especializados para tropas antiterrorismo. Para 2014, está prevista a execução da primeira fase de implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências, que visa a uma maior capacidade de pronta resposta às operações de proteção de estruturas vitais do País e da sociedade.

Quanto ao Projeto de Recuperação da Capacidade Operacional do Exército (Recop), foram adquiridos e modernizados itens importantes do material de emprego militar, a exemplo de viaturas terrestres e fluviais, sistemas de mísseis de médio e longo alcance, armamento e munição, equipamentos, pontes modulares de emprego militar e civil, além de material para postos de saúde de campanha.

Em 2013, foi dada continuidade aos Projetos Guarani, Astros 2020 e Defesa Antiaérea, por meio do desenvolvimento de produtos nacionais de defesa e aquisição de equipamentos. Essas ações, desenvolvidas no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), têm como objetivo dotar o Exército Brasileiro de equipamentos que proporcionem, respectivamente, elevada capacidade dissuasória, mobilidade aos módulos básicos de combate e proteção das estruturas estratégicas terrestres, prosseguirão em 2014, a fim de recuperar a capacidade operacional da Força Terrestre para o atendimento às suas missões constitucionais.

d) Defesa Aérea

O Governo brasileiro, nos últimos anos, vem investindo na modernização e na aquisição de helicópteros e aviões de transporte, de combate e de patrulha; no aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); e na ampliação da capacitação científico-tecnológica da Força Aérea Brasileira (FAB).

No âmbito do F-X2, contrato que tem por objeto a aquisição de 36 aeronaves caças para defesa aérea, cabe ressaltar que, em 2013, o Governo brasileiro fez a opção pelo modelo sueco Gripen NG, da empresa Sueca Saab, com o objetivo de dotar a Força Aérea de caças mais modernos. As negociações dos contratos de financiamento e comerciais serão realizadas em 2014. Esse modelo de aquisição também prevê transferência de tecnologia.

No que se refere à revitalização e modernização da frota de aeronaves da FAB, em 2013, deu-se continuidade à execução dos Projetos F5-BR e A-1 (AM-X). No âmbito do Projeto F5-BR, mais cinco aeronaves F5-E foram entregues à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para execução dos serviços e padronização. Em 2014, serão encaminhadas àquela empresa as últimas seis unidades que serão modernizadas até 2016. No que diz respeito ao Projeto A-1, em 2013, foi entregue à Embraer mais um lote de oito unidades, totalizando 22 aeronaves entregues para revitalização.

Quanto ao Projeto P-3BR, foram incorporadas à FAB o total de três aeronaves em 2013, modernizadas pela empresa EADS (*European Aeronautic Defence and Space Company* – corporação europeia do ramo aeroespacial). A quarta, por ser a última da frota, apresentou um número considerável de itens não disponíveis no mercado, razão pela qual tem a incorporação à FAB prevista para o primeiro trimestre de 2014.

O Projeto E-99M, que prevê a modernização de cinco aeronaves E-99, jatos Embraer EMB-145 com equipamentos de Alerta Aéreo Antecipado e Controle, permitirá à FAB manter e ampliar a sua capacidade de execução de missões de controle, alarme em voo, reconhecimento eletrônico e, em caso de necessidade, como posto de comando. Em julho de 2013, foi entregue à Embraer a primeira aeronave para ser modernizada. A expectativa é de que a nova tecnologia dos aviões E-99 esteja disponível para a Copa do Mundo FIFA 2014.



Ainda no que se refere à modernização de aeronaves, cabe destacar que, em 2013, os esquadrões de transporte aéreo e de patrulha ganharam mais segurança com a incorporação à frota da FAB de 12 unidades modernizadas, sendo 11 do tipo C-95M Bandeirante e uma P-95M Bandeirante-Patrulha. Para 2014, a previsão é de recebimento de mais 14 unidades da aeronave C-95M e uma do modelo P-95M.

O Projeto Super Tucano AL-X foi concluído. As últimas quatro aeronaves foram incorporadas em 2013, completando 99 aeronaves produzidas pela Embraer e em operação na FAB.

O Projeto H-XBR prevê o recebimento de 50 helicópteros EC-725 de um consórcio constituído pelas empresas Helibras (brasileira) e Eurocopter (franco-alemã), sendo 16 helicópteros para cada uma das Forças e dois para a Presidência da República. Esses helicópteros inicialmente foram desenvolvidos e produzidos na França e, paulatinamente, a produção está sendo transferida para o Brasil, mediante a capacitação da indústria nacional de defesa para a efetiva transferência de tecnologia e ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico. Até 2013, foram recebidos oito helicópteros pela FAB, dos quais quatro serão para uso da Força Aérea, dois do Exército e dois da Marinha. Para o ano de 2014, há previsão de recebimento de mais 13 helicópteros, sendo quatro deles totalmente produzidos no País.

Em 2013, foi concluído o processo de seleção e as negociações contratuais do Projeto KC-X2, que contempla a conversão de duas aeronaves de grande porte para substituir os antigos aviões reabastecedores KC-137, desativados em 2013. A empresa escolhida foi a *Israel Aerospace Industries* (IAI), que converterá duas aeronaves comerciais Boeing 767-300ER de acordo com os requisitos formulados pela FAB, que incluem a transferência de conhecimentos de engenharia e de processos industriais. A primeira aeronave deverá ser entregue para operação em 2014.

No que concerne ao cargueiro KC-390, que substituirá o C-130 Hércules, foi finalizada, em março de 2013, a revisão crítica do Projeto, iniciando-se a fase de construção dos protótipos cujo primeiro voo está programado para o segundo semestre de 2014.

Ainda, em relação às aquisições de meios aeronáuticos, destaca-se, em 2013, o recebimento de um sistema com duas aeronaves remotamente pilotadas mais conhecidas por Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant). Além disso, foi concluída a sétima campanha de ensaios do Projeto DPA-Vant em outubro de 2013, com o objetivo de desenvolver um demonstrador de tecnologia de um sistema de decolagem e pouso automáticos especificamente para o Vant.

Em paralelo à aquisição de aeronaves, deu-se prosseguimento, em 2013, à implantação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa, bem como à ativação de unidades militares de autodefesa, além da aquisição de quatro radares antiaéreos modelo Saber M-60, havendo previsão de sua utilização na segurança de estádios durante a Copa do Mundo FIFA 2014.

No que diz respeito ao desenvolvimento do míssil *A-Darter*, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, em 2013, foi atingida a etapa final da campanha de ensaios para verificação de cumprimento de requisitos e avaliação de desempenho e executados os treinamentos específicos de simulação em ambiente infravermelho e exposição à produção de detectores. Em 2014, planeja-se a execução da fase de desenvolvimento da industrialização do projeto, concomitante com o final da campanha de ensaios do míssil, para comprovação de requisitos técnicos, que serão realizados na África do Sul com a participação de equipes de ensaio brasileiras.

No Campo Aeroespacial, destacam-se, em 2013, as seis missões de rastreamento, coordenadas pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), dos foguetes lançados pela Agência Espacial Europeia (ESA). Nesse contexto está incluído o rastreamento de veículos de transporte de satélites, para utilização nacional, tais como o *Star One C3*, Amazonas e seis Brasilsats. Em 2014, o Centro prevê a realização de mais nove missões de rastreamento de foguetes lançados pela ESA, a partir da Guiana Francesa. Outras importantes conquistas na área aeroespacial foram o término da construção da nova torre móvel de integração



do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que o capacitou para o lançamento de foguetes; e a conclusão da campanha de ensaios de separação em solo dos quatro propulsores do primeiro estágio do foguete VLS-1, com 100% de sucesso.

Destaca-se na área de ciência e tecnologia aeroespacial a inauguração, em julho de 2013, do Laboratório de Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial (Labsia), ligado ao Projeto de Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial, concebido com o objetivo de capacitar o Brasil para fabricar sistemas inerciais para satélites e foguetes, uma área estratégica para o Programa Espacial Brasileiro.

Também merecem destaque o lançamento do foguete de sondagem VS-30, da Operação Mapheus 4, do Centro Espacial de Esrange, em Kiruna, Suécia, e o lançamento de um foguete de treinamento intermediário, ambos com o objetivo de capacitar os recursos humanos e os meios operacionais da unidade para obter qualificação e certificação nessa atividade.

No que diz respeito à segurança de voo e ao controle do espaço aéreo brasileiro, em 2013, houve continuidade do processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); implementação de novos conceitos para navegação aérea e retificação das rotas nacionais e internacionais que cruzam o espaço aéreo brasileiro; e redimensionamento das regiões de informação de voo e de defesa aérea, além das atividades rotineiras de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos.

Em prosseguimento às atividades de vigilância e monitoramento do tráfego aéreo brasileiro, serão desenvolvidos, no decorrer de 2014, vários projetos, podendo ser citados como principais: i) o início da implantação, em escala nacional, de meios para Vigilância Dependente Automática (ADS); ii) o início da implantação, também em escala nacional, de sensores e emissores de sinais de dados digitais, voltados para a meteorologia e informação aeronáutica; iii) a implantação de novas torres de controle em Santa Cruz/RJ, Aracaju/SE, Recife/PE e Brasília/DF, bem como a modernização de *software* nos órgãos de controle de Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Confins (Belo Horizonte/MG), Curitiba/PR, Pirassununga/SP, Recife/PE, Belém/PA e Campo Grande/MS e a substituição de radares de vigilância em Salvador/BA, Porto Velho/RO, Barra do Garça/MT, Pico do Couto/RJ, São Roque/SP e Morro da Igreja/SC; iv) a implantação de radar meteorológico na Chapada dos Guimarães/MT, assim como a substituição de equipamentos e sistemas de navegação aérea, aproximação e pouso em várias localidades; v) a substituição de várias estações meteorológicas de altitude e de superfície; e vi) a implantação, no Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, de novo sistema de controle do fluxo aéreo.

Outro importante acontecimento na área do controle do espaço aéreo, em 2013, foi a capacitação tecnológica instalada no laboratório de leitura e análise de dados de gravadores de voo do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), única instalação desse tipo e finalidade na América do Sul, que permite a leitura dos gravadores de voo, conhecidos como “caixa preta”.

e) Defesa Naval

Em prosseguimento às ações governamentais em prol da defesa naval, foram envidados esforços no sentido de adquirir e modernizar os meios navais e aeronavais, com o intuito de reaparelhar a Marinha do Brasil, de modo a garantir a segurança das águas fluviais do território brasileiro e da navegação aquaviária. Nesse sentido, o reaparelhamento da Marinha do Brasil, por meio de seus programas específicos, avançou em 2013.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) ampliou a participação de empresas brasileiras que atuam de forma direta, indireta, esporádica ou temporária no Programa. Atualmente, estão envolvidas mais de 600 empresas no fornecimento de bens e serviços em três áreas específicas: i) implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e da Base Naval; ii) construção de quatro submarinos convencionais (S-BR); e iii) projeto e construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).



Em setembro de 2013, foi iniciada na empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (Nuclep) a construção do segundo submarino convencional. Em julho de 2013, foi concluída a fase de concepção do projeto do submarino com propulsão nuclear, com duração prevista de aproximadamente dois anos. Ainda em 2013, houve a abertura da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), que é uma das células de fabricação dos submarinos, em Itaguaí/RJ.

Em 2013, prosseguiram as tratativas referentes ao Programa de Desenvolvimento de Meios de Superfície (Prosuper) que contempla a obtenção de 11 navios, sendo cinco navios-patrolha de 1,8 mil toneladas de deslocamento, cinco fragatas de 6 mil toneladas e um navio de apoio logístico de cerca de 23 mil toneladas, a serem construídos por estaleiros brasileiros e estrangeiros. O Programa inclui, também, transferência de tecnologia, apoio logístico, requisitos de nacionalização e compensações.

Ainda em 2013, no âmbito do reaparelhamento da Marinha, houve a entrega do terceiro navio-patrolha oceânico de 1,8 mil toneladas, o Araguari; e a continuação da construção de cinco navios-patrolha de 500 toneladas, com previsão de entrega de duas unidades em 2014. Encontra-se também em construção o navio de pesquisa hidroceanográfico Vital de Oliveira, com a conclusão prevista para o final de 2014, equipado com laboratórios e equipamentos de última geração, com capacidade para acomodar cerca de 50 pesquisadores e operar a profundidades de até 4 mil metros. O navio atuará como uma importante plataforma científica e tecnológica na realização de levantamentos geológicos do fundo do mar.

Com relação à retomada da construção das Corvetas Classe Barroso, foram concluídos os novos estudos de viabilidade, em maio de 2013. A Marinha contratará um escritório brasileiro para elaborar os projetos de detalhamento e de execução.

Quanto à aquisição de meios aeronavais, deu-se prosseguimento, em 2013, ao processo de aquisição de seis helicópteros de múltiplo emprego MH-16, da empresa norte-americana *Sikorsky Aircraft Corporation*. Quatro já foram recebidos em 2012 e os dois restantes têm previsão de entrega para 2015.

No que concerne aos meios de fuzileiros navais, a Marinha recebeu, em 2013, mais cinco viaturas blindadas especiais sobre rodas 8x8 – Piranha IIIC, conforme contrato celebrado com a empresa suíça Mowag que prevê a fabricação de 30 unidades. As demais têm previsão de recebimento em 2014. No exercício de 2013, prosseguiu-se com o projeto de modernização de 30 viaturas blindadas especiais sobre lagartas M113-MB1, em parceria com a empresa *Israel Military Industries Ltd.*, que já concluiu a modernização de sete unidades, devendo as demais serem modernizadas em 2014.

O projeto de delineamento da arquitetura de alto nível do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), ferramenta de monitoramento e controle das águas jurisdicionais brasileiras e das áreas internacionais de responsabilidade do País, foi concluído. Está prevista para 2014 a realização de licitação para contratação de empresa nacional da base industrial de defesa para a execução do projeto.

Sobre o patrulhamento naval, em 2013, merecem destaque as operações realizadas nas áreas marítimas no entorno das plataformas de petróleo no litoral dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que contribuíram para a segurança das atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia Azul e para a garantia da soberania nas águas jurisdicionais brasileiras, e as duas operações de fronteiras marítimas realizadas com o propósito de auxiliar na prevenção e na repressão de delitos transfronteiriços e ambientais, nos Estados do Maranhão e Pará.

f) Segurança da Navegação Aquaviária

Ao longo de 2013, o Governo Federal empreendeu inúmeros eventos, por intermédio da Marinha do Brasil, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Destaca-se a realização da Operação Verão 2012/2013,



cujas ações de fiscalização foram intensificadas devido ao aumento da movimentação de embarcações de esporte e recreio e de transporte de passageiros no período de férias e feriados prolongados. Também foram incrementadas as ações educativas e de prevenção da poluição hídrica em marinas, iates clubes, colônias de pesca, bem como a repressão ao uso de bebidas alcoólicas por condutores de embarcações.

g) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz

O Brasil tem atuado com contingentes de tropa em duas missões específicas da Organização das Nações Unidas (ONU): a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

A Minustah, que está sob o comando militar brasileiro, é atualmente, a quinta maior Operação de Manutenção da Paz da ONU. Na missão, atuam 1,4 mil militares das Forças Armadas Brasileiras, sendo um Batalhão de Infantaria de Força de Paz; uma Companhia de Engenharia e militares do Estado-Maior da Minustah. Atualmente, a missão é reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas com significativo avanço em suas propostas, tendo contribuído para a estabilização político-institucional do Haiti e de seu desenvolvimento social e econômico.

O País lidera a Força-Tarefa Marítima que compõe a Unifil e contribui com a nau-capitânia da missão, a Fragata União. O contingente brasileiro empregado é de 254 militares da Marinha do Brasil, que atuam desde novembro de 2011. Atualmente, a Unifil está empenhada em negociar o estabelecimento conjunto de medidas de segurança marítima que visam minimizar as situações de confronto entre Israel e Líbano.

Além da Minustah e da Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil participam de 11 diferentes missões de paz da ONU e, na condição de observadores, em missões de desminagem da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos, conduzidos pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. O Brasil manteve também importante presença em nove missões de paz e missões de desminagem da OEA, nos seguintes países: Sudão do Sul (Unmiss); Libéria (Unmil); Costa do Marfim (Unoci); Chipre (Unficy); Líbano (Unifil); Guiné Bissau (Uniob-gis); Saara Ocidental (Minurso); Peru/Equador, Colômbia (Desminagem); Sudão (Unisfa) e no Haiti.

Em 31 de dezembro de 2013, foi encerrada a Missão de Assistência para Remoção de Minas na América do Sul (Marminas), realizada no Equador e no Peru. O Brasil participou dessa missão com o envio de três militares, incluindo o chefe da Missão.

Deverá ser mantida, em 2014, a participação brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), em prol da busca de solução de problemas no âmbito internacional.

h) Operações Combinadas / Conjuntas

No contexto do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), destacam-se: i) Operação Sentinela, de caráter permanente e com foco em ações de inteligência; ii) Operação Ágata, de caráter pontual e temporário, com foco em ações interagências para combater delitos transfronteiriços e ambientais; e iii) Operação Fronteira Blindada, também de caráter pontual e temporário, com foco em ações de controle aduaneiro.

A sétima Operação Ágata ocorreu no período de 18 de maio a 5 de junho de 2013. As ações de reforço na fiscalização integraram um efetivo de 25 mil militares durante os 19 dias que resultaram na apreensão de mercadorias contrabandeadas e ilícitas. A Operação Ágata 8 está prevista para ser realizada em 2014, abrangendo toda a fronteira terrestre do Brasil.



Em relação às operações de adestramento conjunto das Forças Armadas, no ano de 2013, foi realizada a Operação Laçador, com abrangência dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e parte do Oceano Atlântico.

No que tange às operações combinadas, realizou-se, em 2013, o exercício multinacional denominado Operação Panamax 2013, com participação do Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Estados Unidos. No âmbito da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), no contexto dos exercícios da Série Felino, realizou-se exercício no campo de instrução da Marinha do Brasil, na região de Itaoca/ES, que contou com a participação de 37 oficiais estrangeiros dos Estados-membros da CPLP, exceto Guiné-Bissau. Ainda no plano internacional, a Marinha realizou, em conjunto com a Armada da República Argentina, a Operação bilateral Fraternal-XXXI/2013, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Puerto Belgrano, e a Operação Fraternal Anfíbia/2013, com diversas atividades de intercâmbio entre os Fuzileiros Navais da Marinha Brasileira e a Infantaria de Marinha Argentina.

i) Atividades de Comunicação, Comando e Controle

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), base física do SismC2, foi concebido em 1983 para prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança, atendendo às necessidades da estrutura militar de guerra. Caberá ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) prover as comunicações para a ampliação do emprego do Siscomis, em Banda X, e comunicações estratégicas e expansão do Plano Nacional de Banda Larga (PNLB), em Banda Ka, para o Governo.

O Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) promoverá a padronização e parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas, estando prevista para 2014 a consolidação do seu conceito operacional.

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), baseado em satélites de órbita baixa, agrega todas as necessidades de sistemas espaciais das Forças Armadas e da sociedade civil, proverá serviços de observação terrestre, telecomunicações, mapeamento de informações, posicionamento, monitoramento do espaço e operação de sistemas espaciais. Em 2013, as ações no âmbito do Pese permitiram a realização da concepção do Centro de Operações Espaciais (Cope) para operação conjunta com a Telebrás do SGDC, bem assim o início da concepção da primeira frota de satélites do Pese – Carponis, que fornecerá ao Brasil satélites ópticos de observação de alta resolução para emprego militar e civil. No ano de 2014, o Pese iniciará a implantação da primeira frota de satélites Carponis, do Cope e da concepção da segunda frota de satélites Lessônia, satélites radar de observação de alta resolução para emprego militar e civil.

j) Atuação Subsidiária das Forças Armadas

As Forças Armadas vêm atuando em ações de apoio a órgãos, entes e entidades do Governo, em atividades de assistência a comunidades carentes; apoio à Defesa Civil em situações emergenciais e de calamidades; no combate a crimes ambientais; apoio na realização de grandes eventos; na garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária em âmbito nacional e internacional e na realização de obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse contexto, as Forças Armadas apoiaram as ações realizadas em 2013 nas comunidades indígenas das regiões do Rio Negro e Alto e Médio Purus. Além disso, o Ministério da Defesa coordenou o apoio logístico para a ação da Organização Não Governamental Expedicionários da Saúde, no atendimento clínico, cirúrgico e odontológico nas regiões do Javari e na Comunidade de Surucucu, no Município de Alto Alegre/RR.



No que se refere ao apoio à Defesa Civil, as Forças Armadas Brasileiras empreenderam ações de assistência, auxiliando o socorro às vítimas do incêndio da Boate Kiss, em janeiro de 2013, na cidade de Santa Maria/RS, e da população atingida pelas inundações das cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada e Campo Bom, no Estado do Rio Grande do Sul, e da cidade de Duque de Caxias/RJ. As Forças também atuaram na cidade de Petrópolis/RJ para atender às vítimas de deslizamentos de terra ocorridos no mês de março de 2013.

Também foi realizado apoio logístico das Forças Armadas na Operação Hileia Pátria, realizada nos Estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Maranhão, no período de junho a novembro de 2013, que teve como objetivo combater o desmatamento ilegal em áreas federais protegidas na Região Amazônica.

Nessa mesma linha de atuação, a Marinha do Brasil empregou viaturas blindadas do Corpo de Fuzileiros Navais para apoiar os órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, na retomada das comunidades que estavam sob o domínio de facções criminosas no Complexo do Caju e no Complexo do Lins de Vasconcelos. Em apoio à realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), as Forças Armadas atuaram no sistema organizado pelo Ministério da Educação para garantir a segurança das provas aplicadas em 2013, cabendo ainda às Forças o transporte aéreo e fluvial de provas do Enem e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) para localidades de difícil acesso da Região Amazônica.

Na esfera internacional, o Governo brasileiro prestou ajuda humanitária à Argentina, em auxílio às enchentes ocorridas na região de *Mar del Plata*, em maio de 2013, oportunidade em que foram transportados e entregues, pelo Navio Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia, da Marinha brasileira, 19,6 mil *kits* contendo colchões, travesseiros, roupas de cama e cobertores.

No âmbito do PAC, cabe destaque para o papel da engenharia de construção do Exército Brasileiro, no apoio ao desenvolvimento nacional. Dentre as principais atividades realizadas estão a revitalização das margens do rio São Francisco; a finalização das obras no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN) e no Aeroporto de Caravelas (BA); a implantação de 84 km e reparações da BR-418, na Bahia; a duplicação da BR-101/NE, no trecho da divisa Pernambuco/Paraíba até Lucena/PB e as obras no trecho Sergipe, também na BR-101; a recuperação da BR-230/PA; a recuperação da BR-163/AM/PA/MT; os serviços no Aeroporto de Rio Branco (AC); a recuperação da BR-364/RO; e as obras de recuperação na BR-135/PI.

Destacam-se, também, a perfuração de 60 poços de água na região Nordeste e o projeto Portais Ambientais da BR-319 no Amazonas destinado ao monitoramento e controle da erosão, da supressão da vegetação e ao gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos da BR-319. Em 2014, estão previstas as obras de reforma e adequação do terminal pesqueiro de Cabedelo/PB; a construção das estradas de acesso ao Eixo Leste – Projeto de Integração do Rio São Francisco; as obras de conservação da BR-401/RR; a reparação e ampliação do Aeroporto de Alegrete (RS); e as obras de conservação da BR-367/MG e da BR-307/AM.

k) Atividades de Inteligência

As atividades de inteligência foram realizadas em apoio aos eventos de grande porte realizados em 2013, além da produção de conhecimentos e informações sobre assuntos de relevância nacional, visando assessorar o processo decisório do Governo Federal. Em subsídio às ações governamentais, foram monitorados, em parceria com os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), cerca de 700 cenários de segurança institucional, assegurando fluxo contínuo de informações estratégicas, por meio do Sistema Georreferenciado da Presidência da República (GeoPR). Também foram desenvolvidos programas específicos para temas estratégicos, tais como segurança da informação e das comunicações no âmbito da administração pública federal; prevenção a ataques cibernéticos; e ameaças aos Programas Aeroespacial e Nuclear brasileiros, entre outros.



Em 2014, as atividades dos Centros de Inteligência Nacional e Regionais darão apoio à segurança pública e à defesa de área voltadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, garantindo, ainda, celeridade ao provimento de informações ao credenciamento e à atualização das análises de riscos às infraestruturas estratégicas nas 12 cidades-sede dos jogos. Será ainda dado prosseguimento ao trabalho de capacitação de recursos humanos visando à preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

1) Segurança da Informação

Em face dos desafios apresentados no cenário internacional quanto à violação de dados de instituições e à privacidade de cidadãos brasileiros, o Governo Federal tem adotado medidas que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações de interesse do Estado brasileiro, em especial, no que se refere à segurança cibernética. O Decreto nº 8.135, de 04 de novembro de 2013, estabelece medidas que dispõem sobre as comunicações de dados no âmbito da administração pública federal (APF), evidenciando a relevância do tema para a segurança nacional.

Consonante com este esforço, o Comitê Gestor de Segurança da Informação, órgão de assessoramento da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, em 2013, atualizou e propôs novas normas relativas ao arcabouço de diretrizes de segurança da informação e comunicações para serem seguidas pelos órgãos da APF. Também foi realizado, em 2013, o curso de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações com uma turma de 216 pós-graduandos.

No segmento de tratamento de incidentes de redes, o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal (Ctir Gov) promoveu o intercâmbio científico-tecnológico junto a centros, nacionais e internacionais, apoiando órgãos e entidades da APF nas atividades de tratamento de incidentes, além de monitorar e analisar tecnicamente cerca de 16 mil notificações anuais de incidentes de segurança em redes da APF.

Em 2013, 45 fóruns estratégicos nacionais e sete internacionais tiveram a participação do Governo visando à troca de experiências e de conhecimento, bem como ao fortalecimento de *networking* em segurança da informação, segurança cibernética e proteção das infraestruturas críticas de informação.

Corroborando com a gestão da segurança da informação e comunicações no âmbito da APF, o Núcleo de Segurança e Credenciamento finalizou, em julho de 2013, a normatização da estrutura de credenciamento de segurança do Governo Federal nos temas de credenciamento de segurança e criptografia, procurando garantir a cadeia de confiança do Estado brasileiro no tratamento da informação classificada.

Para 2014, as metas previstas são: i) elaborar Normas Complementares na área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) para a APF; ii) propor procedimentos técnicos e de gestão de segurança e credenciamento, bem como assessorar os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal nas questões do acordo de cooperação internacional de troca de informação sigilosa; iii) coordenar as ações voltadas para a proteção das grandes redes computacionais do Governo contra ataques cibernéticos, assim como articular com as Equipes de Tratamento de Incidentes de Redes (ETIRs) e Gestores de SIC dos órgãos e entidades da APF para prevenção de incidentes de segurança e superação das vulnerabilidades e intercâmbio de experiências; iv) participar em fóruns, eventos, missões nacionais e internacionais para intercâmbio de experiências e de informações; v) articular o desenvolvimento de soluções criptográficas e assessorar na sua implementação junto aos órgãos e entidade da APF; e vi) promover a realização de cursos de capacitação e de mestrado profissional em gestão de SIC.